

COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA

2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES

RELATÓRIO ANUAL DO AGENTE FIDUCIÁRIO

EXERCÍCIO DE 2016

Rio de Janeiro, 28 de Abril de 2017.

Prezados Senhores Debenturistas,

Na qualidade de Agente Fiduciário da 2ª Emissão de Debêntures da COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA (“Emissão”), apresentamos a V.Sas o relatório anual sobre a referida emissão, atendendo o disposto na Instrução da CVM nº 28, 23 de Novembro de 1983 e na Escritura de Emissão.

A apreciação sobre a situação da empresa foi realizada com base nas Demonstrações Financeiras auditadas, demais informações fornecidas pela Emissora e controles internos da Pentágono.

Informamos, também, que este relatório encontra-se à disposição dos debenturistas na sede da Emissora, na sede da Pentágono, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder da Emissão.

A versão eletrônica deste relatório foi enviada à Emissora, estando também disponível em nosso website [www.pentagonotrustee.com.br](http://www.pentagonotrustee.com.br).

Atenciosamente,

**PENTÁGONO S.A. DTVM.**

\*Informamos que o relatório possui data-base de 31.12.16 e, portanto, foi elaborado nos termos da Instrução CVM nº 28/1983, revogada em 21.03.2017 pela Instrução CVM nº 583/16.

## Características da Emissora

- Denominação Social: COMPANHIA ENERGÉTICA DO JARI - CEJA
- CNPJ/MF: 03.581.989/0001-62
- Atividades: as atividades de geração, transmissão e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem ou natureza. Poderá, para tanto, estudar, planejar, desenvolver estudos de viabilidade e projetos de geração de energia, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Emissora poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

## Características da Emissão

- Emissão: 2ª
- Séries: Única
- Data de Emissão: 07/10/2013
- Data de Vencimento: 07/10/2018
- Banco Escriturador/Mandatário: Banco Citibank S.A.
- Código Cetip/ISIN: CEJA12/ BRCEJADBS014
- Coordenador Líder: BB - Banco de Investimento S.A.
- Destinação dos Recursos: Os recursos captados por meio desta Emissão serão destinados para alongamento da dívida atual existente da Emissora.
- Tipo de Emissão: Emissão Pública de Debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária com garantia fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação.

1. Eventual omissão ou inverdade nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia: (Artigo 12, alínea a, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

A Pentágono declara que não possui conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou de qualquer inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora.

2. Alterações Estatutárias: (Artigo 12, alínea b, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve alterações estatutárias no período.

3. Comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da empresa: (Artigo 12, alínea c, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- A Empresa

- Atividade Principal: 35.11-5-01 - Geração de energia elétrica;
- Situação da Empresa: ativa;
- Natureza do Controle Acionário: privado;
- Critério de Elaboração do Balanço: legislação societária.

- Situação Financeira

- Liquidez Geral: de 0,12 em 2015 para 0,16 em 2016;
- Liquidez Corrente: de 0,66 em 2015 para 0,46 em 2016;
- Liquidez Seca: de 0,66 em 2015 para 0,46 em 2016;
- Giro do Ativo: de 0,11 em 2015 para 0,12 em 2016.

- Estrutura de Capitais

A Companhia apresentou uma redução nos Empréstimos e Financiamentos sobre o Patrimônio Líquido de 27,3% de 2015 para 2016. O Índice de Participação do Capital de Terceiros sobre o Patrimônio Líquido também teve redução de 19,6% de 2015 para 2016. O grau de imobilização em relação ao Patrimônio Líquido apresentou redução de 16,8% de 2015 para 2016. A empresa

apresentou no seu Passivo Não Circulante uma redução de 5,1% de 2015 para 2016, e uma variação negativa no índice de endividamento de 5,8% de 2015 para 2016.

Solicitamos a leitura completa das Demonstrações Contábeis da Companhia, Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, para melhor análise da situação econômica e financeira da Companhia.

4. **Posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado:** (Artigo 12, alínea d, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- VALOR UNITÁRIO NA EMISSÃO: R\$ 10.000,0000
- ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL: não aplicável
- REMUNERAÇÃO: 113,60% do DI
- PAGAMENTOS EFETUADOS POR DEBÊNTURE (2016):

Amortização:

07/10/2016 – R\$ 3.333,333300

Juros:

07/04/2016 – R\$ 767,005200

07/10/2016 – R\$ 792,428900

- POSIÇÃO DO ATIVO:

Quantidade em circulação: 35.000

Quantidade em tesouraria: 0

Quantidade total emitida: 35.000

5. **Resgate, amortização, conversão, repactuação, pagamento dos juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora:** (Artigo 12, alínea e, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- Resgate: não houve;
- Amortização: conforme item 4 acima;
- Conversão: não aplicável;
- Repactuação: não aplicável;
- Pagamento dos juros das debêntures realizados no período: conforme item 4 acima;

- Aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora: não houve.
- 6. Constituição e aplicações de fundo de amortização de debêntures, quando for o caso: (Artigo 12, alínea f, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não houve a constituição de Fundo de Amortização para esta Emissão.

- 7. Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora: (Artigo 12, alínea g, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, os recursos adquiridos por meio da Emissão de Debêntures foram utilizados conforme previsto na Escritura de Emissão.

- 8. Relação dos bens e valores entregues à sua administração: (Artigo 12, alínea h, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

Não há bens e/ou valores entregues ao Agente Fiduciário para administração.

- 9. Cumprimento de outras obrigações assumidas pela companhia na escritura de emissão: (Artigo 12, alínea i, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

De acordo com as informações obtidas, verificamos o cumprimento das obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

- 10. Declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das debêntures: (Artigo 12, alínea j, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

As debêntures da presente emissão são da espécie quirografária, com garantia fidejussória.

As Debêntures contam com a(s) seguinte(s) garantia(s)\*: (i) fiança; e (ii) fiança bancária, conforme previsto na Escritura de Emissão.

De acordo com as informações obtidas da Emissora, a(s) garantia(s) prestada(s) nesta Emissão permanece(m) perfeitamente suficiente(s) e exequível(is), tal como foi(ram) constituída(s), outorgada(s) e/ou emitida(s).

\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.

- 11. Existência de outras emissões, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, em que tenha atuado como agente fiduciário no período: (Artigo 12, alínea k, inciso XVII da Instrução CVM 28/83)

- (i) Denominação da companhia ofertante: **EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.**
- Emissão: 2ª.
  - Valor da emissão: R\$ 500.000.000,00;
  - Quantidade de debêntures emitidas: 50.000;
  - Espécie: quirografária;
  - Prazo de vencimento das debêntures: 11/04/2016;
  - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
  - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
    - (i) Pagamentos:  
Amortização:  
11/04/2016 – R\$ 5.000,000000 (vencimento)

Juros:

11/04/2016 – R\$ 347,59476500

- (ii) Denominação da companhia ofertante: **EDP – ENERGIAS DO BRASIL S.A.**
- Emissão: 4ª.
  - Valor da emissão: R\$ 892.206.000,00;
  - Quantidade de debêntures emitidas\*: (i) 1ª Série: 664.253; (ii) 2ª Série: 179.887; e (iii) 3ª Série: 48.066;  
\*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
  - Espécie: quirografária;
  - Prazo de vencimento das debêntures: (i) 1ª Série: 15/09/2018; (ii) 2ª Série: 15/09/2021; e (iii) 3ª Série: 15/09/2024;  
\*Redação em conformidade com o 2º Aditamento à Escritura de Emissão.
  - Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: não aplicável;
  - Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:

(i) Pagamentos:

→ 1ª Série:

Juros:

15/03/2016 – R\$ 65,521972

15/09/2016 – R\$ 81,538636

→ 2ª Série:

Juros:

15/03/2016 – R\$ 35,591967

15/09/2016 – R\$ 47,573412

→ 3ª Série:

Juros:

15/03/2016 – R\$ 34,992915

15/09/2016 – R\$ 47,247916

(iii) Denominação da companhia ofertante: **EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.**

- Emissão: 3ª.
- Valor da emissão: R\$ 156.500.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas\*: 15.650;  
\*Redação em conformidade com o 1º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Espécie\*: com garantia real e adicional fidejussória;  
\*Redação em conformidade com o 3º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Prazo de vencimento das debêntures: 15/06/2030;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores\*: (i) fiança prestada pela EDP – Energias do Brasil S.A., no limite de até 50% do Valor Garantido; (iii) fiança bancária contratada pela CWEI (Brasil) Participações Ltda., no limite de até 50% do Valor Garantido; (iv) penhor da totalidade das ações de emissão da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., de titularidade da EDP – Energias do Brasil S.A., e da China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (atual denominação social da CWEI (Brasil) Participações Ltda.); e (v) cessão fiduciária dos direitos creditórios, de titularidade da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A., emergentes do Contrato de Cessão de Uso de Bem Público para geração de Energia Elétrica n. 01/2013 – MME – UHE Cachoeira Caldeirão, celebrado com a União Federal em 29/05/2013.  
As garantias reais acima mencionadas serão compartilhadas com a dívida decorrente do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito a ser celebrado com o BNDES, conforme contrato respectivo.  
\*Redação em conformidade com o 3º Aditamento à Escritura de Emissão.
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture: não houve.

(iv) Denominação da companhia ofertante: **ENERPEIXE S.A.**

- Emissão: 1ª.
- Valor da emissão: R\$ 350.000.000,00;
- Quantidade de debêntures emitidas: 35.000;
- Espécie: com garantia real;



- Prazo de vencimento das debêntures: 22/11/2019;
- Tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores: (i) cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios decorrentes do: (a) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº EDP C 12\_14, celebrado entre a Enerpeixe S.A. e EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. ("EDP Comercialização") em 11/02/2014; e (b) Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº EDP C 88\_15, celebrado entre a Enerpeixe S.A. e EDP - Comercialização em 15/07/2015; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da Enerpeixe S.A. contra o banco depositário em decorrência dos recursos recebidos e que vierem a ser recebidos em pagamento dos direitos creditórios decorrentes dos itens "(a)" e "(b)" acima; e (iii) cessão fiduciária dos direitos detidos pela Enerpeixe S.A. sobre conta vinculada de sua titularidade, conforme previsto na respectiva Escritura de Emissão e contratos das garantias.
- Eventos de resgate, amortização, pagamentos, conversão, repactuação e inadimplemento no período, por debênture:
  - (i) Inadimplemento: A Emissora não cumpriu com obrigações não pecuniárias, conforme previsto nos documentos da operação.

12. **Parecer:**

Não possuímos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora.

13. **Declaração sobre a aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário:** (Artigo 12, alínea I, inciso XVII da Instrução CVM 28/83 e artigo 68, alínea "b" da Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976)

A Pentágono declara que se encontra plenamente apta a continuar no exercício da função de Agente Fiduciário desta emissão de debêntures da Emissora.

Este relatório foi preparado com todas as informações necessárias ao preenchimento dos requisitos contidos na Instrução CVM 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e demais disposições legais aplicáveis.

Embora tenhamos nos empenhado em prestar informações precisas e atualizadas não há nenhuma garantia de sua exatidão na data em que forem recebidas nem de que tal exatidão permanecerá no futuro. Essas informações não devem servir de base para se empreender de qualquer ação sem



orientação profissional qualificada, precedida de um exame minucioso da situação em pauta.

**PENTÁGONO S.A. DTVM**

## DOCUMENTOS ANEXOS:

Balanço Patrimonial (Anexo 1)

Demonstrações de Resultado (Anexo 2)

Parecer dos Auditores (Anexo 3)

**Anexo 1**
**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM**

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	971	545	46.475	74.639
Concessionárias	5			35.067	30.887
Impostos e contribuições sociais	6			7.415	10.801
Dividendos a receber	10	17.000	12.817		
Cauções e depósitos vinculados	11			3.033	27.646
Prêmio de risco - GSF	9			2.294	2.294
Outros créditos	12			8.020	7.720
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>17.971</b>	<b>13.362</b>	<b>102.304</b>	<b>153.987</b>
<b>Não circulante</b>					
Impostos e contribuições sociais	6	8.461	5.800	8.461	5.800
Tributos diferidos	7	48.817		53.614	7.351
Cauções e depósitos vinculados	11			30.753	3.127
Prêmio de risco - GSF	9			25.805	4.905
Outros Créditos	12			4	
		<b>57.278</b>	<b>5.800</b>	<b>118.637</b>	<b>21.183</b>
Investimentos	13	871.252	861.731		
Imobilizado	14		4	1.153.195	1.166.469
Intangível	15			568.196	582.513
		<b>871.252</b>	<b>861.735</b>	<b>1.719.391</b>	<b>1.748.982</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>928.530</b>	<b>867.535</b>	<b>1.838.028</b>	<b>1.770.165</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>946.501</b>	<b>880.897</b>	<b>1.940.332</b>	<b>1.924.152</b>

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	16	30	33	20.938	27.414
Impostos e contribuições sociais	6	1.859	1.401	8.354	9.996
Debêntures	17	124.559	128.979	124.559	128.979
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	18			54.244	53.635
Uso do bem público	19			1.673	1.514
Provisões	20			11.870	10.228
Outras contas a pagar	12	7	7	997	1.277
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>126.455</b>	<b>130.420</b>	<b>222.635</b>	<b>232.983</b>
<b>Não circulante</b>					
Tributos diferidos	7		5.735	183.877	196.179
Debêntures	17	116.255	232.484	116.255	232.484
Empréstimos e financiamentos	18			688.740	729.942
Adiantamento para futuro aumento de capital	8.1	129.200	26.000	129.200	26.000
Uso do bem público	19			20.677	19.526
Provisões	20			4.084	654
Outras contas a pagar	12	36	36	309	162
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>245.491</b>	<b>264.255</b>	<b>1.143.142</b>	<b>1.204.947</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	21.1	578.624	525.624	578.624	525.624
Prejuízos acumulados		(4.069)	(39.402)	(4.069)	(39.402)
<b>Total do Patrimônio líquido</b>		<b>574.555</b>	<b>486.222</b>	<b>574.555</b>	<b>486.222</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>946.501</b>	<b>880.897</b>	<b>1.940.332</b>	<b>1.924.152</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Anexo 2

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
<b>Receitas</b>	22	-	-	230.243	212.597
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>	23				
Custo do serviço de energia elétrica				(58.047)	(72.643)
Custo de operação				(42.609)	(39.117)
				<b>(100.656)</b>	<b>(111.760)</b>
<b>Lucro bruto</b>				<b>129.587</b>	<b>100.837</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	23				
Despesas gerais e administrativas		(472)	(553)	(3.900)	(5.069)
Depreciações e amortizações		(11.460)	(11.464)	(19.721)	(19.870)
Outras despesas e receitas operacionais				(112)	(1.913)
		<b>(11.932)</b>	<b>(12.017)</b>	<b>(23.733)</b>	<b>(26.852)</b>
<b>Resultado das participações societárias</b>	13.1	43.840	31.145		
<b>Resultado antes do Resultado financeiro e tributos</b>		<b>31.908</b>	<b>19.128</b>	<b>105.854</b>	<b>73.985</b>
<b>Resultado financeiro</b>	24				
Receitas financeiras		1.321	75	12.101	12.111
Despesas financeiras		(52.448)	(54.409)	(131.650)	(122.362)
		<b>(51.127)</b>	<b>(54.334)</b>	<b>(119.549)</b>	<b>(110.251)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>(19.219)</b>	<b>(35.206)</b>	<b>(13.695)</b>	<b>(36.266)</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	25				
Imposto de renda e contribuição social correntes				(9.537)	(7.312)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		54.552	2.319	58.565	10.691
		<b>54.552</b>	<b>2.319</b>	<b>49.028</b>	<b>3.379</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>35.333</b>	<b>(32.887)</b>	<b>35.333</b>	<b>(32.887)</b>
Atribuível aos acionistas controladores				35.333	(32.887)
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	26				
Resultado básico/ diluído por ação (Reais/Ações)					
ON		1,36983	(1,27500)	1,36983	(1,27500)

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios de 2016 e 2015.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Anexo 3

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas  
Companhia Energética do Jari - CEJA

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia Energética do Jari - CEJA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia Energética do Jari - CEJA e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética do Jari - CEJA e da Companhia Energética do Jari - CEJA e suas controladas em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

#### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Outros assuntos**

##### **Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

##### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeira (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017



**PricewaterhouseCoopers**  
**Audidores Independentes**  
CRC 2SP000160/O-5

**Valdir Renato Coscodai**  
Contador CRC 1SP165875/O-6